



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



REQUISIÇÃO INTERNA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

1

Secretaria Requisitante: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Data: 17/05/2021	Número: 46/2021
Finalidade: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, inscrito no CNPJ sob nº 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Felipe Schimidt, nº 785, complemento 6,7, CEP 88.010-002, Bairro Centro, em Florianópolis/SC, representado por seu Diretor Regional Rudiney Raulino, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 471.397.579-68, portador da cédula de identidade nº 1.311.852-8, expedida pela SSP/SC, com endereço profissional junto ao SENAC, para o PROGRAMA ESCOLA DO FUTURO: EDUCANDO PARA A VIDA (conforme anexo).		
Dotação Orçamentária:		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim 3339000000000000 – Aplic. Dir. (3.010.000– Receitas de Impostos - Educação		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 3339000000000000 – Aplic. Dir. (3.010.000– Receitas de Impostos - Educação		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches 3339000000000000 – Aplic. Dir. (3.010.000– Receitas de Impostos - Educação		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim 3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.010.000– Receitas de Impostos - Educação		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.010.000– Receitas de Impostos - Educação		
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros 05 – Secretaria de Educação 002 – Educação Básica 0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches 3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.010.000– Receitas de Impostos - Educação		



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim

333900000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000– Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino))

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

333900000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000– Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino))

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

333900000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000– Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino))

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	2	Unidade	PROGRAMA ESCOLA DO FUTURO: EDUCANDO PARA A VIDA (conforme anexo).	R\$37.860,00	R\$75.520,00

TOTAL R\$75.520,00

Obs.: Os serviços contratados abrangem ainda o disposto nos anexos I, II, III e IV desta requisição.

Os preços serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste requisição e no respectivo procedimento administrativo.

As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a MUNICIPALIDADE a firmar aquisição do montante integral, podendo durante a vigência do presente haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie à CONTRATADA.

Fica o (a) CONTRATADO (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação, especialmente CND's.

Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

A CONTRATAÇÃO não gera qualquer tipo de vínculo trabalhista, entre os funcionários das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos, decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhista, previdenciários, securitários, tributários, fiscais ou parafiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste contrato, e, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

Em conformidade com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cada ordem de compra vale como contrato, sendo que, uma vez concluídos os serviços (ou certificada a conclusão de parcela dos mesmos), o pagamento será devido e efetivado, mediante a apresentação de relatório dos serviços



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



devidamente aprovado e documentação fiscal relativa a respectiva proporção dos serviços prestados, considerando-se exaurido o ato administrativo.

A prestação dos serviços objeto desta REQUISIÇÃO será realizada nos educandários municipais ou outro local a critério da Secretaria de Educação, podendo ser ainda disponibilizado de forma remota conforme propostas apresentadas, seguindo a contratação sob a supervisão da servidora pública **JOANITA ODORIZZI GRANDE** que fiscalizará os serviços, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências da contratação requisitada.

No ato da entrega do fornecimento/entrega do material/serviço deverá ser emitida nota fiscal.

A prestação dos serviços deverá ser realizada na forma prevista nas PROPOSTAS apresentadas e em conformidade com as disposições do presente processo de contratação direta por dispensa de licitação. Havendo impossibilidade de atendimento nas datas pré-agendadas pela Secretaria de Educação em razão de caso fortuito ou força maior, o órgão determinará outra data para prestações dos serviços

São Obrigações da empresa contratada:

a) Manter quadro de pessoal suficiente, e garantir os quesitos de habilitação previstos na Lei 8.666/93, em especial quanto as negativas, bem como apresentar seus serviços observando-se os direitos autorais;

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Prefeitura, atendendo prontamente a todas as reclamações.

Responsabilizar-se pelos danos causados ao Patrimônio Público, por dolo, negligência ou imprudência de seus empregados.

Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção.

DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, devendo ser mantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato durante a vigência do mesmo.

DAS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista em lei ou regulamento administrativo.

Constituem motivos para rescisão do contrato (na forma do artigo 9º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 combinado com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993), no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.

A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte do (a) CONTRATADO (a) ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

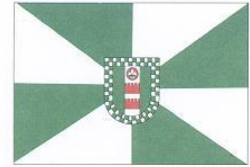
A aplicação da multa prevista acima poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



A multa prevista acima será recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Os valores das multas serão fixados em real e convertidos para UFM's.

As penalidades previstas neste processo administrativo poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do representante do MUNICÍPIO, se entender as justificativas apresentadas pelo(a) CONTRATADO (a) como relevantes.

No caso da MUNICÍPIO vir a ser condenado (a) a pagar algum direito referente aos funcionários e/ou impostos devidos pelo(a) CONTRATADO (a), ou qualquer outro valor referente ao presente instrumento, terá o primeiro o direito a ação de regresso contra a segunda, obrigando-se esta a devolver todos os valores desembolsados pelo MUNICÍPIO, devidamente corrigidos.

Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado (na forma do artigo 9º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 combinado com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993), o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa do (a) CONTRATADO (a), aplicar multa prevista neste contrato juntamente com as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

OBSERVAÇÕES:

Solicito que se adote a modalidade de Dispensa com fundamento no Art. 24, inciso XIII e 25, da Lei Federal nº 8666/93 c/c Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Artigos 191 e 193, II da Lei nº 14.133/21.

JOANITA ODORIZZI GRANDE
Secretária de Educação de Rio dos Cedros

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito
Autorizante